



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



## ~~PROJETO~~ PROJETO DE LEI 627/12

**SÚMULA:** Cria 115 (cento e quinze) cargos de Assessor II de Desembargador, de provimento em comissão, simbologia DAS-5, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, e adota outras providências.

**Art. 1º** Ficam criados 115 (cento e quinze) cargos de Assessor II de Desembargador, de provimento em comissão, simbologia DAS-5, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que passam a integrar o Anexo III, Tabela II da Lei Estadual nº 11.719, de 12 de maio de 1997, consolidado no Anexo II da Lei 14.807, de 20 de julho de 2005.

**Parágrafo único.** Os cargos criados na forma do caput são privativos de Bacharel em Direito e destinam-se ao assessoramento dos Desembargadores do Tribunal de Justiça.

**Art. 2º** O provimento em comissão dos cargos previstos nesta lei dar-se-á por nomeação do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, mediante proposta do respectivo Desembargador, observando-se os critérios de necessidade e competência profissional, cumprindo o disposto na Resolução n.º 07, de 18.10.2005, do Conselho Nacional de Justiça.

**Art. 3º** O preenchimento dos cargos fica condicionado ao cumprimento das disposições e dos limites orçamentário-financeiros constantes da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000.

**Art. 4º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária própria do Poder Judiciário.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



## JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei tem por finalidade a criação de 115 (cento e quinze) cargos de Assessor II de Desembargador, de provimento em comissão, simbologia DAS-5, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

A criação proposta tem por objetivo dotar o segundo grau de jurisdição do Estado do Paraná de estrutura adequada para o enfrentamento das atuais necessidades jurisdicionais.

A adoção de assessoria qualificada (Bacharel em Direito) para todos os Juízes de 1º Grau do Estado do Paraná, bem como o aumento do número de varas em todo o Estado – em especial nas Comarcas de maior movimento forense – fez com que o número de recursos ao Tribunal de Justiça dobrasse exponencialmente.

Existe, hoje, esperando distribuição, cerca de 36.000 (trinta e seis mil) recursos.

Além disso, o processo eletrônico, devido à rapidez com que se desenvolve e são concluídos, tem colaborado para acrescentar ainda mais recursos à apreciação do Tribunal.

Já existem câmaras no Tribunal de Justiça cujo Desembargador que a integra tem recebido de 1.000 (um mil) a 1.500 (um mil e quinhentos) recursos por mês.

Por isso, a criação de 115 (cento e quinze) cargos de assessoramento aos Desembargadores apresenta-se como solução adequada para o momento, possibilitando ao magistrado de segundo grau o aumento de sua produtividade, a exemplo do que já ocorre em primeiro grau. Por óbvio, não representa o ideal para se atingir a plena eficácia dos serviços judiciários, mas constitui extraordinário avanço para se obter Justiça da melhor qualidade.

Os cargos comissionados criados na forma deste anteprojeto são privativos de bacharéis em Direito e destinam-se ao assessoramento dos Desembargadores.

O provimento dos cargos dar-se-á por nomeação do Presidente do Tribunal de Justiça, observando-se critérios de necessidade e competência profissional, cumprido o disposto na Resolução n.º 07, de 18 de outubro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça, cujo art. 1.º veda a "prática de nepotismo no âmbito de todos os órgãos do Poder Judiciário, sendo nulos os atos assim caracterizados".

O cargo em comissão, pelas suas peculiaridades, revela-se ideal para o provimento ora enfocado. Primeiro, por privilegiar, sobretudo, a competência e produtividade. O ocupante do cargo, indicado para nomeação pelo Desembargador junto ao qual exercerá suas atividades, caso não atinja as metas estabelecidas, é demissível "ad nutum", posto que tal comissionamento não gera vínculos ou encargos de qualquer natureza para a Administração. Segundo, em se tratando de cargo privativo de bacharel em Direito, permite aos Desembargadores selecionar excelentes quadros, dentre os bacharéis que visam a prestar concursos para as carreiras jurídicas, dada a exigência de três (3) anos de prática jurídica em assessoramento superior. Terceiro, como já ressaltado, a absoluta vedação do nepotismo admite apenas a competência e operosidade como critério de seleção – além, por óbvio, da relação de confiança absoluta entre o magistrado e seu auxiliar, dada a natureza do trabalho a ser desenvolvido.

É inquestionável o ganho de produtividade para os serviços judiciários no Estado do Paraná, decorrente da medida ora submetida à elevada apreciação dessa Casa de Leis.



A presente proposta foi objeto de aprovação pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em Sessão realizada no dia 03 de dezembro último.

Registre-se que o custo de criação dos 115 (cento e quinze) cargos de Assessor II de Desembargador é estimado em aproximadamente R\$ 10.930.000,00 (dez milhões novecentos e trinta mil reais) para o exercício de 2013, R\$ 11.552.000,00 (onze milhões quinhentos e cinquenta e dois mil reais) para o exercício de 2014 e R\$ 12.212.000,00 (doze milhões duzentos e doze mil reais) para o exercício para o exercício de 2015, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário, relativo ao 2º Quadrimestre de 2012, a Despesa Total com Pessoal situou-se em 4,01% (três vírgula noventa e sete por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Encontra-se em anexo a Declaração do Ordenador da Despesa de que o aumento tem adequação com a lei proposta de lei orçamentária para o exercício de 2013, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.





Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

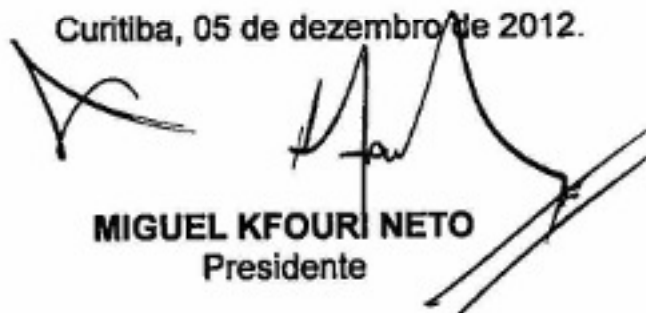
## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



### DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (**Lei de Responsabilidade Fiscal**), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que trata da criação de 115 (cento e quinze) cargos de Assessor II de Desembargador, de provimento em comissão, simbologia DAS-5, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Curitiba, 05 de dezembro de 2012.



**MIGUEL KFOURI NETO**  
Presidente



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 05 de dezembro de 2012.  
Of. nº 1.677/2012-GP

I - À DAP para leitura no expediente

II - À DL para providências

Em, \_\_\_\_\_

Presidente

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Nesta Capital

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 10 DEZ. 2012

1º Secretário

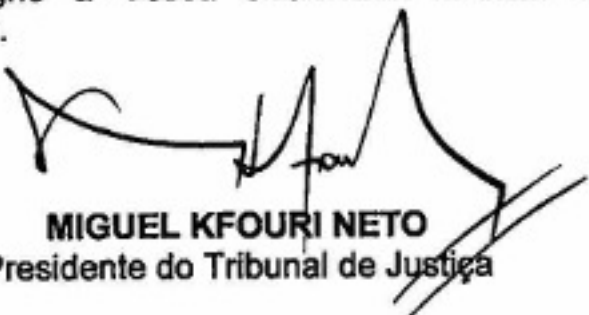
Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a criação de 115 (cento e quinze) cargos de Assessor II de Desembargador, de provimento em comissão, simbologia DAS-5, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

  
**MIGUEL KFOURI NETO**  
Presidente do Tribunal de Justiça





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 627/12**

**Projeto de Lei nº. 627/12**  
**Autor: Tribunal de Justiça**

**Súmula:** Cria 115 (cento e quinze) cargos de Assessor II de Desembargador, de provimento em comissão, simbologia DAS-5, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, e adota outras providências.

**EMENTA:** CRIAÇÃO DE 115 (CENTO E QUINZE) CARGOS DE ACESSOR II DE DESEMBARGADOR, DE COMISSÃO, SIMBOLOGIA DAS-5. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. IMPACTO FINANCEIRO DEVIDAMENTE ANEXADO EM CUMPRIMENTO À LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça visa criar 115 (cento e quinze) cargos de Assessor II de Desembargador, de provimento em comissão, simbologia DAS-5, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Concedido vista.  
Em 12 / 12 / 2012  
Ademir Taveira  
CCJ



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

É de competência exclusiva dos Tribunais para propor a criação de novas varas judiciárias, conforme preceitua o artigo 96, inciso II, alínea b, da Constituição Federal:

**Art. 96. Compete privativamente:**

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver;;

Sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

A Constituição Estadual estabelece a prerrogativa do Tribunal de Justiça do encaminhamento da criação de novas varas judiciárias, bem como da alteração judiciária para a Assembleia Legislativa do Paraná, sendo o objeto em tela, que vejamos:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhe forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juizes, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I da Constituição Federal;

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o **Tribunal de Justiça** anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2012 - 2015, aprovado pela Lei Estadual n. 17.013/2011.

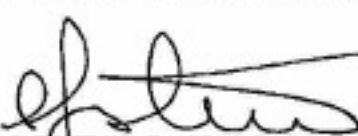
Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

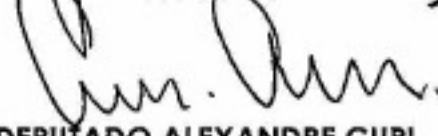
Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.



Sala das Comissões, 11 de dezembro de 2012.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
Presidente

  
**DEPUTADO ALEXANDRE CURI**  
Relator

  
**VOTO**  
**CONTRARIO**  
**AO PARECER**

Dep Tadeu  
Jeneri  
17/12.12

  
  
**APROVADO**

17/12/12



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 627/12**

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 1677/12 que objetiva criar 115 (cento e quinze) cargos de Assessor II de Desembargador, de provimento em comissão, simbologia DAS-5, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, e adota outras providências.

Constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Alexandre Curi e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, nada encontrando que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

Observamos que a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Observe-se ainda, que a proposta vem acompanhada da Declaração do Presidente do Tribunal de Justiça informando que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Em relação ao impacto financeiro e orçamentário, a que se destacar que o custo de criação dos 115 (cento e quinze) cargos de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

Assessor II de Desembargador é estimado em aproximadamente R\$10.930.000,00 (dez milhões, novecentos e trinta mil reais) para o exercício de 2013, R\$11.552.000,00 (onze milhões, quinhentos e cinquenta e dois mil reais) para o exercício de 2014 e R\$12.212.000,00 (doze milhões e duzentos e doze mil reais) para o exercício de 2015, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Desta forma, manifestamos, o parecer **FAVORÁVEL** à sua aprovação e o devido encaminhamento aos demais órgãos competentes.

É o parecer.

Sala das Comissões, 18/12/12

DEPUTADO ADEMIR BIER  
PRESIDENTE

DEPUTADO EDIO VERRI  
RELATOR